

Artigo recebido em:
02.09.2018

Aprovado em:
09.12.2018

Karen Terossi

Jornalista e mestre em
Comunicação pela
Unesp.

E-mail: karen.terossi@
ifgoiano.edu.br

**Maximiliano Martin
Vicente**

Professor da Unesp (Pós-
graduação e Graduação
em Comunicação Social).

Graduado e mestre em
História, doutor em
História Social.

E-mail: maxvicente@uol.
com.br

**Clara Allicia Rosa de
Souza**

Bolsista Pibic Jr./CNPq
(2015-2016, IF Goiano –
Campus Iporá)

E-mail: clara_allicia@
yahoo.com.br

¹Pesquisa realizada com apoio do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de Iniciação Científica Jr. Uma versão deste trabalho foi apresentada anteriormente no formato de resumo expandido no V Congresso Estadual de Iniciação Científica e Tecnológica do IF Goiano, em 2016.

Estudos em Jornalismo e Mídia
Vol. 15 Nº 2
Julho a Dezembro de 2018
ISSNe 1984-6924

Jornalismo local e cidadania: análise de mídias em Iporá (GO)¹

Karen Terossi
Maximiliano Martin Vicente
Clara Allicia Rosa de Souza

Resumo

A pesquisa apresentada neste artigo visa contribuir com a discussão sobre a relação entre comunicação e cidadania examinando como o jornalismo produzido em Iporá (GO), apresenta questões relativas a direitos dos cidadãos. Para isso, foi utilizado o método da análise de conteúdo, com análise estatística e considerações qualitativas sobre a amostra, composta por conteúdo de um radiojornal diário (*Jornal Rio Claro*) e um site noticioso (*Oeste Goiano*). Os resultados evidenciam que a mídia local privilegia informação para a cidadania, tanto pela prestação de serviços quanto pela informação crítica que trate de demandas dos cidadãos uma vez que dá voz à comunidade e às suas demandas, além de se tornar um veículo de divulgação das políticas públicas do poder local.

Palavras-chave: Jornalismo local. Cidadania. Análise de conteúdo.

Local journalism and citizenship: analysis of media in Iporá (GO)

Abstract

The research presented in this paper aims to contribute to the discussion about the relation between communication and citizenship by examining how the journalism from Iporá (GO), presents issues about citizens' rights. For that, it was applied the content analysis method, with statistical analysis and qualitative observations about the sample, formed by contents from a daily radio news (*Jornal Rio Claro*) and a news website (*Oeste Goiano*). The results highlight that local media privileges information for citizenship, both for the provision of services and for the critical information that addresses citizens' demands, since it gives voice to the community and its demands, as well as becoming a vehicle for the dissemination of policies local authorities.

Keywords: Local journalism. Citizenship. Content analysis.

O dinamismo da história da cidadania se evidencia no movimento cronológico de conquista, ampliação e aperfeiçoamento de direitos, a partir de demandas e lutas da sociedade, com vistas à justiça social. Esta evolução revela relação fundamental com a informação e a comunicação, considerados elementos-chave nas disputas políticas e lutas sociais, uma vez que contribuem para a construção de representações que, de várias maneiras, influenciam nas decisões relativas à coletividade. Para Gentili (2005, p. 130), o acesso à informação é um “direito-meio” que viabiliza os demais direitos, conhecidos como “direitos-fim”. É por meio da informação que os cidadãos poderão fazer escolhas e julgamentos, participando de maneira autônoma da vida pública. Além disso, para este autor a circulação de informações sobre as lutas e conquistas de direitos em uma democracia pode inspirar e promover ações pela ampliação da cidadania.

A importância do jornalismo, entretanto, não se esgota na informação. A atividade jornalística é uma forma de mediação capaz de introduzir o tempo para compreensão do outro e o conhecimento para lidar com diferentes informações (WOLTON, 2011), essencial em um contexto em que informações trocadas envolvem públicos cada vez mais heterogêneos. A mediação é uma maneira ainda de se contrapor ao excesso de informações, que tornam as diferenças ainda mais visíveis, resultando em possíveis reações negativas (WOLTON, 2004). Quando o assunto é cidadania, as mediações são ainda mais essenciais para que haja negociação e convivência entre as diferentes demandas (TEROSSO, 2012).

O jornalismo cumpre, assim, um importante papel na dinâmica da esfera pública, que é o campo abstrato no qual os cidadãos discutem as questões que dizem respeito à coletividade. Para Habermas (1984), que desenvolveu o conceito de esfera pública, a tomada de decisões políticas pelas instâncias formais do poder deve levar em conta os entendimentos produzidos pelo debate público. E nesse sentido, os meios de comunicação são fundamentais, uma vez que subsidiam as discussões que formam a opinião pública (MAIA, 2002; GOMES, 1998).

No contexto de consolidação de democracias, globalização e disseminação das novas tecnologias da informação são estabelecidas construções identitárias transversais à localização geográfica, que trazem consigo suas demandas por ampliação de direitos da cidadania também transversais. Ao mesmo tempo, porém, o local continua sendo preponderante para a imensa maioria da população, uma vez que “a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história” (CASTELLS, 1999, p. 440). É localmente que se demandam e que podem ser atendidos de forma mais adequada os direitos sociais, por exemplo, relativos à educação, saúde, saneamento, etc.

Estudando o jornalismo local de Portugal, Camponez (2002, p. 115) relaciona a “complexificação da administração pública” à tomada de decisões importantes localmente, reforçando o papel da informação local para subsidiar tais decisões. Reflexo disso é a emergência e consolidação da comunicação local concomitante ao processo de globalização (PERUZZO, 2005).

Ao mesmo tempo, o local enquanto “território” influencia os modos de percepção e de produção simbólica, o que inclui a produção midiática (BORGES, 2013, p. 53). A atividade midiática pode ser vista, portanto, como atividade não só de caráter informacional, mas também social, político, econômico e cultural, o que a torna “coadjuvante dos processos de desenvolvimento (...) de localidades e regiões” (OLIVEIRA, 2013, p. 118).

Cabe discutir, desse modo, de que modo o jornalismo, enquanto atividade de produção social de sentido, interage com o local e representa as questões relativas aos seus cidadãos e direitos, influenciando possivelmente a esfera pública e as decisões que afetam a coletividade.

Jornalismo e cidadania na dinâmica local

A complexidade da discussão sobre jornalismo local passa, inevitavelmente, pela sua própria definição, principalmente no que diz respeito às relações deste jornalismo com o espaço geográfico. Na abordagem de Mercadé (1997), o “local” se refere à localização física do veículo, seu âmbito de difusão e cobertura, à forma de tratamento dos conteúdos, bem como à vocação e intencionalidade de público e à própria relação com as fontes de informação, mais intensa localmente. Ou seja, são considerados diversos aspectos da produção e distribuição da informação para caracterização do jornalismo local.

Dornelles (2010), por sua vez, considera jornalismo local aquele que trabalha com informação de um bairro, comunidade ou cidade de pequeno porte, ou seja, sua definição está fortemente ancorada no espaço geográfico representado na informação. Segundo observações da autora, jornais de cidades com mais de 200 mil habitantes seguem o padrão de jornais de grandes metrópoles, cobrindo assuntos nacionais em destaque, em detrimento de questões locais. Neste caso, o conteúdo local constitui um diferencial para grupos de comunicação em um mercado de mídia competitivo. O crescimento do investimento em mídias cada vez mais segmentadas é um exemplo do potencial comercial do jornalismo com conteúdo mais localizado geograficamente (CARVALHO; CARVALHO, 2014). Como nicho de mercado, no entanto, ainda que jornais de cidades maiores cubram fatos e problemáticas locais, a gestão e o tratamento da notícia são similares à grande mídia nacional. O conteúdo local é, assim, uma estratégia de ampliação de mercado e, como consequência, de obtenção de maior retorno financeiro (PERUZZO, 2005). Por essa razão, a definição do que seja informação local ainda fica muito aberta devido à heterogeneidade dos produtos e modelos de produção jornalística existentes.

Observando sob outro ângulo, Dornelles (2010, p. 241) analisa o que ela chama de “jornalismo interiorano”, aquele que trata de informações que tenham impacto ou consequências sobre a população local e que denota ainda uma organização empresarial diferente da mídia nacional. Dornelles considera a “proximidade” uma das características mais importantes do jornalismo de interior, sendo definida como uma estratégia ou mesmo valor-notícia relativo à cobertura jornalística de conteúdos pertinentes ao público do veículo. Peruzzo (2005, p. 81) define a “mídia de proximidade” como aquela que possui uma relação de pertencimento a determinado lugar, mantendo com ele compromisso com a informação de qualidade.

Nesse sentido, a proximidade do jornalismo de interior remete a questões identitárias e se reflete no conteúdo, na linguagem e na relação com seu público, que é também sua fonte. Ou seja, a especificidade da comunicação de proximidade também pode aparecer em elementos como sotaque, formatos jornalísticos e a relação com as fontes de informação, só para citar alguns exemplos.

O contexto de compartilhamento de experiências cotidianas entre emissores e receptores na comunicação local constrói um contrato diferente entre eles, expressa principalmente nas expectativas dos cidadãos/consumidores e na construção e oferta de notícias pelos meios. A proximidade do jornalismo local influencia inclusive no “estatuto da verdade e da objetividade” (CAMPONEZ, 2012, p. 43), visto que é notadamente diferenciada sua maneira de olhar os acontecimentos e a função social das notícias.

Aqui reside uma importante potencialidade do jornalismo local para as reivindicações da cidadania: a relação de pertencimento do jornalista ao local o exime de uma suposta imparcialidade, permitindo que atue mais ativamente na comunicação da sociedade com o poder público, forçando este último a dar respostas às demandas expostas (DORNELLES, 2006). Por isso, a informação local

dos jornais de interior é potencialmente “mais pluralista” e, desse modo, favorece o debate e a participação social (DORNELLES, 2010, p. 241). Contribui ainda para esta característica a facilidade de acesso e interação dos consumidores de informação com os veículos, que os tornam colaboradores da produção (CARVALHO; CARVALHO, 2014), potencializando sua influência no agendamento e enquadramento das notícias.

Uma das modalidades de jornalismo local considerado fortemente comprometido com a cidadania e a participação popular é o chamado “jornalismo comunitário”, praticado especialmente por jornais de bairro e de associações de moradores (DORNELLES, 2006). De fato, o fortalecimento da comunicação local e comunitária no Brasil no início da década de 1990 está relacionado ao contexto político, econômico e social, caracterizado pela piora da desigualdade social e pela visibilidade dos problemas sociais após o fim da ditadura, assim como pelo clima de mobilização social, com o surgimento ou fortalecimento de movimentos sociais e organizações do terceiro setor. Também contribuiu para o desenvolvimento do jornalismo local a crise econômica que fechou meios de comunicação e deixou muitos jornalistas desempregados, levando à criação de jornais no interior (DORNELLES, 2006). As mídias local e comunitária aparecem ainda como modalidades de expressão da diferença em um contexto de acelerada globalização (PERUZZO, 2005), reforçando a tese do importante lugar ocupado pela mídia na questão da identidade.

Entretanto, a redemocratização também tornou evidente uma situação que coloca em xeque as potencialidades do jornalismo local nas lutas pela ampliação da cidadania: são as distorções na informação jornalística relacionadas a vínculos político-partidários e econômicos dos meios de comunicação, que geram tratamento tendencioso e omissão de informação (PERUZZO, 2005). A dependência dos meios de comunicação de verba publicitária dos cofres públicos é um exemplo deste tipo de vínculo (ROCHA, 2014). Mais problemático ainda é a constatação de que grande número de veículos de comunicação, inclusive de radiodifusão, é de propriedade de políticos (PINTO, 2014), o que é vedado pela Constituição Federal.

Outra discussão importante para os estudos do jornalismo local é a observação do uso intenso de materiais de assessoria de imprensa, como releases e fotografias, culminando em um jornalismo que prioriza fontes oficiais, de cunho declaratório e sem investigação (COSTA, 2005; MORAIS, 2005). Um dos fatores que contribui para a baixa frequência de investigação no jornalismo local é a estrutura enxuta de produção, com poucos profissionais e recursos ou até mesmo formada por profissionais despreparados para tal atividade (PERUZZO, 2005; COSTA, 2005).

Os estudos de jornalismo local ou de interior apresentados até aqui permitem uma observação mais cautelosa e crítica para a análise proposta neste artigo, conforme veremos adiante. Entretanto, como se trata de discutir potencialidades para a cidadania, é preciso ressaltar que os efeitos do jornalismo local sobre a audiência tendem a ser menores quando comparados à grande mídia, uma vez que os assuntos cobertos podem ser objetos da experiência direta de seu público. Dito de outra maneira, a proximidade com o objeto da informação permite o contraste com as representações midiáticas e diminui suas influências (TRAQUINA, 2005).

Por essa razão, quando passamos à discussão sobre as relações entre jornalismo local e cidadania, é preciso ter cuidado para não reduzir os fatores que influenciam no debate público e na tomada de decisões políticas às dinâmicas movidas pela mídia. Predisposições, níveis de interesse, atenção e conhecimento variam a forma como indivíduos e coletividades formulam e compõem a opinião pública, e tais fatores são ainda mais preponderantes localmente. Não se trata aqui, portanto, de prever como será o debate público sobre questões concernentes à cidadania, mas de discutir como a variável jornalismo pode contribuir para ele, como veremos adiante, na análise realizada do jornalismo local de Iporá (GO).

Iporá-GO e jornalismo local

Iporá-GO é um município de 32 mil habitantes (IBGE, 2017), fundado em 1948, e localizado a 218 quilômetros de distância da capital do estado, na região oeste de Goiás, considerada uma das regiões menos desenvolvidas do estado (IMB, 2012).

Para contextualizar as questões da cidadania que serão analisadas adiante, consideramos que o Índice de Desempenho do Município (IDM)² de 2016 revela alguns aspectos importantes para entender a qualidade de vida, competitividade econômica e gestão pública em Iporá. Os IDM parciais relativos à Economia e Trabalho são de 1,75 e 3,50, reflexo de um município sem industrialização e com agropecuária pouco tecnificada. Ainda que seja um polo de comércio e serviços da região, inclusive por sediar órgãos regionais do poder público, o PIB de Iporá é o 51º do estado, que possui 246 municípios (IMB, 2016).

Por outro lado, o índice que diz respeito à Infraestrutura, ainda que seja regular, de 5,51, o coloca na 15ª posição do estado neste quesito, principalmente em razão da cobertura de água encanada, mas também pela cobertura de energia, telefonia e internet. Outra característica a ser ressaltada está no índice de Saúde, que é de 7,37, puxado pela cobertura de Estratégia de Saúde da Família, baixa mortalidade infantil e cobertura vacinal tetravalente.

Com relação à Educação, o município ainda possui índice regular (5,55), assim como sua posição entre os municípios goianos (106º), mas tem apresentado crescimento expressivo no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), partindo de 0,465 em 2000 para 0,667 em 2010. O IDHM global nesse período cresceu de 0,614 para 0,743, que é considerado alto e similar ao índice do estado em 2010, de 0,735 (IMB, 2018). Considerando que o IDHM/Educação é calculado a partir das taxas de alfabetização e de matrícula em todos os níveis, é importante mencionar também que em 1988 foi implantada uma fundação estadual de educação superior no município ofertando cursos de licenciatura, o que contribuiu para resolver parcialmente o déficit de professores da educação básica na região. Atualmente, a fundação se transformou em um dos *campi* da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Iporá recebeu ainda um *campus* do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Ambas unidades atraem estudantes de cidades vizinhas para Iporá e reconfiguraram a educação na região, principalmente por ambos possuírem cursos de formação de professores.

Metodologia de análise

Para construir a metodologia deste estudo, tomamos como pressuposto a ideia de que a esfera pública é uma rede complexa de comunicação que envolve situações de interação episódica, de presença organizada e aquelas dinamizadas pela mídia. Essa rede de comunicação de conteúdos e tomada de posições organiza e sintetiza fluxos em opiniões públicas sobre temas específicos e diversos (HABERMAS, 1997). Os meios de comunicação, no contexto da construção da cidadania, são parte essencial da dinâmica da esfera pública na sociedade contemporânea, tendo em vista seu potencial de visibilidade e exposição, além da sua disseminação e importância enquanto sistema (GOMES, 1999).

No momento em que esta pesquisa foi planejada, havia somente um site com conteúdo noticioso local online em Iporá, o *Oeste Goiano* (www.oestegoiano.com.br). O site faz parte de uma empresa de comunicação visual e serviços gráficos do município, sendo que um dos dois sócios proprietários é o responsável pela produção de conteúdo do site. Não existem registros de que a empresa seja de propriedade de políticos locais.

²O IDM considera 37 variáveis relacionadas a seis dimensões: Economia, Trabalho, Educação, Saúde, Infraestrutura e Segurança Pública, varia de 0 a 10, sendo que quanto mais próximo de 10, melhor é o desempenho do município nas variáveis consideradas.

Também no momento de proposição do estudo, ainda que houvesse três rádios em Iporá, somente uma delas possuía programa jornalístico. O *Jornal Rio Claro*, que vai ao ar todos os dias úteis ao meio-dia, é produzido e veiculado pela *Rádio Rio Claro AM*, uma emissora comercial da Rede Diocesana de Rádio, ligada à Diocese de São Luís de Montes Belos, a cerca de 100 quilômetros de Iporá. Trata-se, portanto, de um meio de comunicação ligado à Igreja Católica e que também não apresenta ligações diretas com o poder político local. Desse modo, ambos os produtos de comunicação são centrais para compreender a esfera pública local naquele momento.

Selecionados para o estudo, os dois produtos de comunicação foram observados durante 2 meses, entre os dias 7 de setembro e 7 de novembro de 2015, a fim de verificar a proporção de temas relativos aos direitos da cidadania que são veiculados em relação ao restante do conteúdo jornalístico e comparar as coberturas entre os diferentes temas.

O site *Oeste Goiano* foi visitado diariamente e foram coletadas todas as notícias publicadas, enquanto todos os programas radiojornalísticos do período foram gravados e decupados de forma resumida, anotando-se as manchetes, resumos e duração de cada notícia veiculada. O *Jornal Rio Claro* vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 11h30 e tem duração variável, em torno de 20 a 30 minutos, dependendo das pautas. Nos dias 7 de setembro e 12 de outubro, não houve programa.

Em seguida, foi feita uma leitura flutuante do material, de acordo com a metodologia da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e, por meio dessa leitura, foram criadas categorias temáticas relacionadas diretamente a direitos e deveres da cidadania como, por exemplo, “educação”, “saúde/saneamento” e “infraestrutura”. Para considerar a matéria como relacionada diretamente à cidadania e excluir matérias que, por exemplo, tratam de educação, mas não estão relacionadas diretamente ao direito à educação pública, selecionamos somente aquelas que tratam de: a) demandas, problemas e denúncias; b) atuação do poder público para atender demandas/direitos; c) ações da sociedade civil relacionadas a direitos/deveres (exceto matérias de caráter publicitário, com fortes características de “matérias pagas”, comuns no site analisado); d) discussões sobre direitos da cidadania.

Neste percurso de construção da metodologia, vislumbramos que um aspecto importante também deveria ser considerado: o jornalismo contribui para a constituição da esfera pública não somente pela apresentação de informações em si, mas pela própria dinâmica dos formatos e linguagens em que esses conteúdos são apresentados. Por isso, dentro de cada categoria temática, classificamos ainda as notícias segundo quatro aspectos (a, b, c, d), que vamos chamar de “categorias transversais”, para verificar de que modo esses direitos estão sendo apresentados (Tabelas 1 e 2). Na leitura flutuante verificamos que muitas matérias possuem conteúdo de utilidade pública, somente informando sobre serviços prestados pelo Estado e não exatamente discutindo ou expondo violações de direitos e demandas da sociedade. Essa separação é importante para diminuir as distorções de uma análise quantitativa que poderia enviesar nossa interpretação. É importante ressaltar que o site *Oeste Goiano* não apresentou matérias de discussão ou debates temáticos (uma das categorias transversais). As matérias analisadas tinham cunho meramente noticioso. A contagem das notícias do site foi por página contendo notícia publicada no período analisado. O conteúdo do radiojornal foi contabilizado pelo tempo ocupado pelas notícias. As tabelas 1 e 2 mostram a contagem e classificação descrita até aqui.

Em seguida, os dados foram analisados para verificar a proporção dos temas da cidadania com relação ao total de notícias veiculadas e se há diferenças entre os temas e entre as categorias transversais que sejam significativas.

A análise dos dados do site *Oeste Goiano* foi realizada por meio de análise de frequência simples. Já o conteúdo do radiojornal, devido à quantidade de dados coletados e aos diferentes “pesos” relativos ao tempo dedicado a cada tema e categoria, foi submetido à análise descritiva por meio de frequência absoluta e relativa, análise de variância, considerando a semana como unidade amostral, e análise de modelos mistos com dados repetidos no tempo (semana). Em ambas as análises do radiojornal foram avaliados os efeitos fixos de tema, categoria e interação entre eles. O teste de Duncan foi utilizado para comparação de médias, para encontrar diferenças que sejam significativas estatisticamente. Também foram feitas observações gerais qualitativas sobre a amostra para sua melhor caracterização. Como se trata de dois veículos diferentes e que exigiram técnicas de análise distintas, não é possível traçar comparações diretas entre eles. Na sequência, apresentamos os resultados e interpretações desta análise.

Tabela 1 - Classificação e análise estatística – conteúdo do Jornal Rio Claro (unidade de medida: minuto)

Temas/ categorias	Demandas, problemas, denúncias	Atuação do Estado, serviços	Ações da sociedade civil	Discussões e debates temáticos	Total	Grupo (análise de Duncan)
Crianças e Adolescentes	3,83	0	0	78,66	82,49	A
Educação Pública	19,51	42,75	5,25	12,25	79,76	A
Infraestrutura	26,75	4,08	0	41,17	72	AB
Saúde/Saneamento	31,92	6,84	17,25	0	56,01	ABC
Previdência Social	0	0	0	23,33	23,33	BC
Idosos	0	0	21,33	1,08	22,41	BC
Trabalho/Greve	17,67	0	0	4,67	22,34	BC
Meio Ambiente	3,17	1,92	3,5	12,5	21,09	BC
Programas Sociais/ Assistência Social	6,91	7,17	0	0	14,08	BC
Cultura	0	6	4,58	0	10,58	BC
Segurança Pública	1	8	0	0	9	C
Direitos Humanos	0,25	0	0	7,42	7,67	C
Agricultura Familiar/ Reforma Agrária	0	7,25	0	0	7,25	C
Direitos do consumidor	1,58	0	0	3,83	5,41	C
Acesso à Justiça	0	4,42	0	0	4,42	C
Total	112,59	88,43	51,91	184,91	437,84	C
Total geral (temas cidadania e temas não-cidadania)					1007,92	

Tabela 2 - Classificação do conteúdo do site Oeste Goiano (unidade de medida: página de notícia)

Temas/categorias	Demandas, problemas, denúncias	Atuação do Estado, serviço	Ações da sociedade civil	Total
Saúde/Saneamento	8	11	5	24
Educação Pública	0	13	0	13
Infraestrutura	3	7	0	10
Meio Ambiente	2	2	0	4
Programas Sociais/ Assistência Social	0	3	0	3
Cultura	0	3	0	3
Previdência Social	0	2	0	2
Trabalho/Greve	2	0	0	2
Acesso à Justiça	0	2	0	2
Direitos Humanos	0	1	0	1
Segurança Pública	0	1	0	1
Crianças e Adolescentes	0	1	0	1
Idosos	0	1	0	1
Total	15	47	5	67
Total geral de notícias				316

Resultados: radiojornal

A princípio, observamos que o radiojornal apresenta 43% do seu conteúdo relacionado a direitos da cidadania. O tema Crianças e Adolescentes foi o que mais se destacou no levantamento. Isso ocorreu pelo fato da coleta de dados ter coincido com a época de eleição para o Conselho Tutelar. Uma característica marcante da rádio local analisada é utilizar-se de entrevistas ao vivo no estúdio e, nesse caso, todos os candidatos tiveram oportunidade de expor suas ideias durante o período de campanha. O tema ocupava grande parte do programa e foi tratado durante quatro semanas, caracterizando a continuidade do assunto. Outro tema de destaque foi *Educação Pública*, tratado principalmente por informações de *ações do Estado* (divulgação de processos seletivos e bolsas de estudos, por exemplo).

Os temas *Infraestrutura* e *Saúde/Saneamento* fazem parte do grupo dos mais frequentes, ainda que também apareçam sem diferenças estatisticamente relevantes com relação ao grupo de frequência média. *Infraestrutura* ganhou destaque com matérias de *demandas* da sociedade e por *discussões* causadas pela possível venda de lotes públicos para a construção e recuperação de asfalto na cidade. *Saúde/Saneamento* foi um tema tratado de forma mais regular principalmente a partir da categoria *demandas*, ou seja, mesmo não havendo um assunto de destaque, o tema teve cobertura regular, durante todas as semanas de coleta.

Os temas de frequência média foram *Previdência Social*, *Idosos*, *Trabalho/Greve*, *Meio Ambiente* e *Programas Sociais/Assistência Social*. Há ainda os temas tratados com baixa frequência: *Cultura*, *Segurança Pública*, *Direitos Humanos*, *Agricultura Familiar/Reforma Agrária*, *Direitos do Consumidor*, *Justiça* e *Mulheres*.

Na análise das categorias transversais de forma geral, a mais frequente é *discussões/debates*, com significativa diferença em relação às demais. Em seguida aparecem *demandas/problemas/denúncias* e *atuação do Estado/serviço*. No caso das *discussões*, já mencionamos o perfil do programa analisado de usar entrevistas ao vivo com convidados falando mais longamente sobre determinados assuntos. Com relação a *demandas*, podemos levantar hipóteses quanto à mediação para a cidadania, do jornalismo como porta-voz do cidadão, especialmente devido à proximidade do jornalismo local. Por fim, notícias sobre *atuação do Estado* podem estar relacionadas também ao jornalismo como prestador de serviço de comunicação de utilidade pública. Notícias sobre *ações da sociedade civil* são menos frequentes, até por ser relacionado a fatos também de menor frequência ou por partir de fontes que não sejam tradicionais para a produção jornalística.

Analisando os temas a partir das categorias transversais³, observamos a predominância de *Crianças e Adolescentes * discussões*, por se tratar dos debates trazidos pela rádio para abordar as eleições do Conselho Tutelar. Cada candidato teve a oportunidade de expor suas opiniões sobre assuntos comuns. Ao final do processo eleitoral, os vencedores concederam ainda entrevistas à rádio.

No grupo de frequência média, *Educação Pública * atuação do Estado* teve destaque com notícias de processos seletivos para ingresso em instituições públicas, contando inclusive com entrevistas de cunho informativo ao vivo.

O conjunto *Infraestrutura * discussões* entra no grupo de frequência média em razão das discussões realizadas, muitas vezes com vereadores, para abordar o caso da possível venda de lotes públicos para construção de asfaltos na cidade. Situação e oposição expuseram suas opiniões.

Em seguida, encontramos *Saúde/Saneamento * demandas*, que nos permite seguir levantando a hipótese quanto à mediação jornalística para cidadania. Três problemas noticiados (demora de atendimento em hospital público, banco de sangue e UPA) ganharam mais espaço, enquanto outros foram menos tratados, porém, na sua somatória, compuseram um total estatisticamente relevante dentro

³O tema e a categoria transversal, quando analisados em conjunto, são apresentados separados por um asterisco. Exemplo: O tema “Crianças e Adolescentes” dentro da categoria “discussões” é apresentado como “Crianças e Adolescentes * discussões”.

da amostra. Por fim, destacou-se o tema *Infraestrutura * demandas*, caracterizado por reclamações por parte da população, principalmente em relação a problemas com asfalto.

Resultados: site

Os resultados evidenciam que o site local apresenta apenas 21% de notícias relacionadas aos direitos da cidadania, sendo que 70% delas são informações sobre serviços oferecidos pelo Estado.

O tema mais frequente foi *Saúde/Saneamento* com 24 notícias do total de 67 relacionadas à cidadania. A categoria que recebeu maior espaço foi *atuação do Estado*, com 11 reportagens, seguida de *demandas*, com 8 reportagens.

O tema *Educação Pública* foi o segundo mais frequente, mas teve uma grande diferença, de 9 reportagens, para o primeiro, todas elas sobre *atuação do Estado*. *Infraestrutura* também teve destaque no site, com 10 notícias, 7 delas sobre *atuação do Estado*. Os outros temas tiveram espaço muito reduzido, com apenas 4 notícias ou menos.

Entre as categorias, sem dúvida *atuação do Estado* foi a de maior destaque, com 47 notícias do total de 67; *demandas* teve 15 e *ações da sociedade civil* apenas 5 dentro do tema *Saúde/Saneamento*. Esse tema foi o único que apresentou certo equilíbrio entre todas as categorias, enquanto os outros quase que restringiam a informações sobre *atuação do Estado*.

Discussão dos resultados

Os conteúdos relacionados a direitos da cidadania representam 43% do total do radiojornal e 21% do conteúdo do site no período analisado. Outro destaque é que destes 21% do site, 70% são informações de utilidade pública, sobre serviços oferecidos pelo Estado, o que reduz bastante o âmbito da análise deste veículo. Por isso, passamos primeiramente a uma discussão relativa aos resultados do radiojornal.

No radiojornal, os temas que se destacaram foram *Crianças e Adolescentes* e *Infraestrutura* que, ao serem tratados de forma mais contínua e extensa pelo veículo, podem influenciar no “peso” que a opinião pública coloca nesses assuntos. Sabe-se que os cidadãos tendem a compartilhar com a mídia a definição sobre o que é importante ou, mais que isso, os meios de comunicação possuem o poder de agendar assuntos para discussão na esfera pública (TRAQUINA, 2005). Por outro lado, também é preciso levar em conta, que a proximidade e comum interação entre público e jornalistas locais favorece a influência dos consumidores na escolha dos temas a serem abordados. Por isso, ainda que essa dinâmica não tenha sido investigada nesta pesquisa, as influências mútuas entre público e o jornalismo local analisado favorecem o debate público sobre esses dois temas da cidadania, que foram amplamente cobertos, ainda que limitados a somente dois assuntos (um de cada tema).

Avaliando mais a fundo esses dois temas que tiveram destaque no radiojornal (*Crianças e Adolescentes* e *Infraestrutura*), foi constatado que são abordados principalmente dentro da categoria de análise discussões, composto por entrevistas e debates. Nesse sentido, o veículo aproveita um assunto factual para gerar uma discussão mais abrangente apresentando informações analíticas, e expondo opiniões de diferentes atores sobre cada assunto; ainda que pelo fato de não termos

analisado o conteúdo detalhadamente não conseguimos fazer inferências precisas sobre a representatividade das opiniões apresentadas. De qualquer forma, o uso das falas de atores sociais diferentes amplia o tratamento de questões sociais e da cidadania, sendo a pluralidade da informação essencial em uma democracia de massas (GENTILLI, 2005), para que as representações jornalísticas não reforcem somente representações já hegemônicas. Diferentes falas representam ainda uma maneira de fortalecer o papel mediador do jornalismo que é importante para a negociação e convivência de diferentes demandas da cidadania.

Entretanto, a mediação ficou restrita uma vez que a cobertura de temas envolvendo minorias foi muito tímida, estatisticamente insignificante. *Crianças e Adolescentes* tiveram um espaço maior na rádio somente a partir do assunto “eleição para o Conselho Tutelar”. Assuntos relativos a mulheres, idosos, negros, homossexuais, por exemplo, sequer foram explorados de forma transversal a outros temas.

Sobre a categoria *discussões*, aliás, foi observado no radiojornal que predominam conteúdos no formato de entrevistas, o que viabiliza a aproximação das informações e interpretações com a linguagem do cotidiano dos ouvintes, uma vez que nessas conversas aparecem, por exemplo, marcas de subjetividade (adjetivos, advérbios), marcas de oralidade, sotaque e até emoções. Ou seja, a linguagem coloquial e improvisada das entrevistas apresenta-se mais natural e, dessa maneira, mais próxima da linguagem dos ouvintes no cotidiano. Por isso, além da identificação do público com o que é noticiado, isto, é, o conteúdo local, a forma de expor as informações e opiniões se aproxima da forma como as pessoas conversam no dia-a-dia, facilitando a compreensão da notícia e a identificação com o meio de comunicação.

A partir da perspectiva do jornalismo como “direito-meio”, podemos discutir também as notícias agrupadas na categoria *atuação do Estado*. Tais notícias cumprem o papel de informar para levar os cidadãos a buscarem serviços oferecidos pelo Estado. Dois exemplos de temas dentro dessa categoria que tiveram destaque nos veículos analisados são educação (em ambos) e saúde (somente no site). Mas é importante notar que notícias sobre serviços oferecidos pelo Estado precisam ser checadas de modo a informar a população criticamente e não servir apenas como uma “assessoria de imprensa” do governo. Além disso, pautar o jornalismo somente pelas fontes oficiais compromete não só a pluralidade, mas também o papel do jornalismo de vigiar os poderes. No caso do site analisado principalmente, notícias sobre a *atuação do Estado* predominam, somando 47 notícias de um total de 67 relacionadas à cidadania (70%). Cabe questionar, por isso, quais os limites desse tipo de informação, geralmente proveniente de assessorias de imprensa, para a mediação da cidadania, uma vez que a apuração, a pluralidade e a profundidade podem estar comprometidas.

Por outro lado, é na categoria *demandas* que estão inseridas as notícias mais ligadas às lutas pela ampliação da cidadania, pois os assuntos se referem geralmente a violações de direitos ou à criação de novos direitos. No radiojornal, os temas que deram destaque à categoria foram *Infraestrutura e Saúde/Saneamento*, seguidos por *Educação Pública e Trabalho/Greve*. No caso do site, o tema com número significativo de notícias na categoria foi *Saúde/Saneamento*. Podemos dizer que, no caso desses temas, o jornalismo analisado tenta cumprir seu papel jornalístico de ser um porta-voz do cidadão. Nesse quesito, o radiojornal se sobressai na mediação para a cidadania, pois denunciou problemas, abriu espaços para que a própria população denunciasse e buscou respostas do poder público competente e o fez com mais frequência. Nesse sentido, o jornalismo aparece como “direito-meio” na cobrança pela efetivação de direitos e mobilização da cidadania.

Considerações finais

O jornalismo da mídia nacional hegemônica no Brasil faz coberturas muito tímidas e pontuais sobre os direitos da cidadania, especialmente os direitos sociais – educação, saúde, moradia, etc. Entre as razões apontadas por Soares (2012) para explicar esse fenômeno estão o pertencimento social dos produtores da informação, que em geral são da classe média, e a natureza do jornalismo praticado num contexto de mercado, que privilegia “os acontecimentos pontuais, as pessoas importantes, o número e o impacto imediato e não os processos de longa duração” (SOARES, 2012, p. 32). Ou seja, existe uma relação direta entre o papel efetivamente exercido pelo jornalismo no que se refere à cidadania e as rotinas, constrangimentos e valores-notícia da atividade.

Nesse sentido, a proximidade com o público torna o jornalismo local (ou interiorano) uma possibilidade mais favorável de efetivação do direito à informação dos cidadãos e de mediação da cidadania. A própria história do fortalecimento do jornalismo local no Brasil explica o potencial que se vislumbra nele.

Na pesquisa aqui apresentada, verificamos que o radiojornal analisado, por suas estratégias de aproximação com o ouvinte e pelo relativo equilíbrio entre notícias sobre atuação do Estado e demandas da população, apresenta maior probabilidade de corresponder às expectativas historicamente depositadas na atividade jornalística de contribuir para a construção da cidadania. No entanto, esse potencial se limita a poucos temas, ignorando outros importantíssimos no contexto atual, como as minorias, e assuntos em pauta na mídia estadual com impactos diretos localmente.

De qualquer forma, questões importantes para a cidadania são tratadas pelo radiojornal de forma extensiva e com certa continuidade, aumentando sua visibilidade na esfera pública. Destaca-se também o papel de mediador deste veículo, ao selecionar não só informações, mas também opiniões, subsídios interpretativos e até mesmo elementos de cunho emotivo que possam ser expressos por meio de entrevistas, intensamente usadas pelo radiojornal no período analisado. Esses elementos viabilizam uma comunicação potencialmente mais sensível às demandas da cidadania.

Já o site analisado pouco favorece a informação e/ou mediação da cidadania; primeiro porque quantitativamente expressa pouco a questão; e, em segundo lugar, porque trata as questões da cidadania majoritariamente a partir de formatos e fontes oficiais, problema já observado na literatura sobre o tema (COSTA, 2005; MORAIS, 2005). A exceção acontece no caso de assuntos ligados à saúde e saneamento, que foram apresentados também a partir da própria população, mas que quantitativamente teve pouca expressividade no total de conteúdo veiculado no período.

Os resultados apresentados aqui evidenciam que o jornalismo de interior é privilegiado para a informação à cidadania, tanto pela prestação de serviços (informação de utilidade pública) quanto pela informação crítica sobre demandas dos cidadãos. O radiojornalismo de interior, em específico, tem ainda um forte poder de mediação para cidadania em razão de sua linguagem.

Enquanto as dinâmicas de relacionamento dos produtores da informação local com seu público favorecem essa mediação, no entanto, também é possível observar que o potencial do jornalismo para a cidadania pode ser comprometido pelo excesso de informações oficiais de governo. É preciso lembrar, por isso, que as instituições políticas e seus ocupantes são centrais na constituição da esfera pública (HABERMAS, 2006) e que a mídia dá menos voz a atores não-hegemônicos, mesmo na mídia local. Importa notar, portanto, que uma transformação desse fluxo de comunicação significa mais que reajustes nos temas, abordagens e fontes do jornalismo, em si, mas uma reconfiguração dos próprios fluxos de poder.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, R. M. R. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. **Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 48-61, 2013.

CAMPONEZ, C. Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade do jornalismo. In: CORREIA, J. C. (Org.). **Ágora. Jornalismo de proximidade: Limites, desafios e oportunidades**. Covilhã (Portugal): LabCom Books, p. 35-74, 2012.

_____. **Jornalismo de Proximidade**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

CARVALHO, J. M. de; CARVALHO, A. M. G. de. Do hiperlocal aos insumos criativos: as mutações do jornalismo na contemporaneidade. In: BRONOSKY, M. E.; CARVALHO, J. M. de (Org.). **Jornalismo e convergência**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 69-87.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, L. M. P da. O *newsmaking* na imprensa do interior: a rotina produtiva do jornal A Voz do Vale do Paraíba. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Poscom-Umesp, n. 43, p. 105-120, 2005.

DORNELLES, B. O localismo nos jornais do Interior. **Famecos**. Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 237-243, 2010.

_____. Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários. **Contracampo**. Niterói, n. 14, p. 163-178, 2006.

GENTILLI, V. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

GOMES, W. Esfera pública política e mídia II. In: RUBIM, A. A. C, BENTZ, I. M. G. & PINTO, M. J. (Eds.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Unisinos, Compós, 1999.

HABERMAS, J. Political Communication in Media Society – does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication Theory**, v. 16, p. 411-426, 2006.

_____. Esfera pública política e mídia: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ I. M. G.; PINTO, M. J. (Org.). **Reprodução e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 16-42.

_____. **Direito e democracia – entre facticidade e validade**, v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IBGE. **Brasil em Síntese**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipora/panorama>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

IMB. **Índice de Desempenho dos Municípios Goianos: IDM 2016**. 2016. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/idm/idm2016.pdf>>. Acesso em: 01 de dez. 2018.

_____. **Painel municipal**. Iporá. 2018. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15:painel-municipal&catid=21&Itemid=101>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **As finanças municipais sob a ótica das regiões de planejamento do estado de Goiás**. 2012. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/financas_municipais_regioes_planejamento.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MAIA, R. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. XI Encontro Anual da Compós. **Anais**. Rio de Janeiro, 2002. 16 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2002.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

MERCADÉ, J. M. La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica. **Estudios de periodística V**. Periodismo local. Pontevedra: Sociedad Española de Periodística, p. 45-67, 1997.

MORAIS, V. M. I. de. A mídia impressa local: uma agenda de constrangimentos e motivações. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Poscom-Umesp, n.43, p. 85-103, 2005.

OLIVEIRA, R. R. de. Espaço, território, região: pistas para um debate sobre comunicação regional. **Ciberlegenda**. Niterói, n. 29, p. 108-118, 2013.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, n. 43, p. 67-84, 2005.

PINTO, P. A. Mídia regional no Brasil: uma análise dos subsistemas midiáticos das regiões norte e sul. **Eptic Online**. v. 16, n. 3, p. 59-78, 2014.

ROCHA, J. M. **O 'glocal' no ciberjornalismo regional**: análise dos sítios de webnotícias de Dourados. 2014. 203f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

SOARES, M. C. **Os direitos na esfera pública mediática**: a imprensa como instrumento da cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

TEROSSI, K. **Webjornalismo e violações de direitos da cidadania**: análise de coberturas sobre trabalho escravo. 2012. 198f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.